

permita a grupos e pessoas verem o mundo além de seus problemas imediatos. Para alcançar a meta da sustentabilidade é fundamental modificar radicalmente as atitudes e comportamentos dos seres humanos. Nesse sentido, importam muito os efeitos do processo educativo, entendendo o acontecer educativo como uma realidade multifacetada que permeia toda a vida social – educação informal, não formal e formal.

A chave do desenvolvimento sustentável e autônomo é a educação; uma educação que alcance todos os membros da sociedade, em novas modalidades e por intermédio de novas tecnologias, para proporcionar a todos verdadeiras oportunidades de aprender ao longo da vida. (...) Devemos dar à educação novas formas, a fim de promover atitudes e condutas propícias à cultura da sustentabilidade (Frederico Mayor; Sessão Extraordinária da Assembléia Geral da Unesco - 1997).

Possibilitando o desenvolvimento de práticas de gestão socioambientalmente responsáveis no contexto educacional, estamos dando uma “nova forma” à educação ambiental e fortalecendo o papel da Escola como principal agente transformador da sociedade em que vivemos.

Para o mestre Paulo Freire “o mundo não é o mundo, está sendo”. Neste contexto de mudanças profundas, é preponderante que a escola deixe de estar confinada ao seu pequeno espaço e abandone o “ensino bancário”⁵, implementando um sistema de educação que enfatize o aprendizado como uma ação de cultura e liberdade, sendo um processo de interlocução entre o ensinar e o aprender.

Assim como as organizações privadas e públicas, a Instituição Escola precisa exercitar as práticas socioambientalmente responsáveis, configurando a necessária coerência entre o que se diz, o que se faz e o que se pensa. Por isso se requer uma reflexão crítica dos modelos de organização escolar que contradizem, muitas vezes, o que se diz nas salas de aula com o que vivenciam os atores educativos diariamente na instituição.

Neste cenário, torna-se fundamental o fortalecimento da Instituição Escola, principalmente as da rede pública, objetivando a introdução das práticas da gestão socioambientalmente responsável e do exercício da ética organizacional e da cidadania plena, no contexto da educação ambiental. A Escola é um espaço privilegiado para

construir a consciência da mudança e, portanto, abrir caminhos para a transformação. Sendo assim, faz-se necessário que cada integrante do contexto educacional se aproprie de seu papel como agente transmutador de toda a sociedade.

Objetivo

Estimular a escola a adotar práticas de gestão que corrija e diminua impactos negativos de consumo gerados dentro do seu ambiente, adequando-a ao contexto da sustentabilidade e levando à construção de novos hábitos, comportamentos, práticas culturais e atitudes de todos os atores sociais envolvidos no processo educacional – profissionais, alunos, responsáveis e comunidades.

Metodologia

O Projeto foi iniciado em 2005, através de encontros com os profissionais da escola (diretores, coordenadores, professores e profissionais de apoio), nos quais procuramos apresentar, como instrumento para a Educação Ambiental, o conceito de responsabilidade socioambiental como uma forma de gestão, que vem sendo utilizada principalmente por empresas de médio e grande porte, diferenciando-o dos conceitos de filantropia e patrocínio. Como resultado dessas “conversas”, que ocorriam durante os Centros de Estudo, o grupo elaborou o Projeto Político Pedagógico (2005-2008) da escola. Concomitantemente, a 7ª Coordenadoria Regional de Educação apontava também para a direção da responsabilidade social e convocava diretores das escolas para palestras sobre o tema.

A abordagem com os alunos é feita aproveitando as oportunidades oferecidas pelo espaço escolar. Em 2006, os alunos começaram a ser sensibilizados para o tema, quando participavam de oficinas lúdicas e esportivas, nos finais de semana. A partir de então, grupos de alunos passaram a inserirem-se, por iniciativas próprias, em atividades e eventos que abordavam assuntos sobre ética, cidadania e meio ambiente. Um dos eventos que contou com a participação deles foi o “Dia Mundial da Limpeza”, que mobilizou aproximadamente 60 alunos, para auxiliarem a limpeza simbólica da praia da Barra da Tijuca.

Em 2007, iniciamos grupos de discussão com os profissionais da escola para aprofundamento do tema Consumo Consciente e da necessidade de ampliação das atividades, a fim de que contemplem também os responsáveis e as comunidades do entorno. Desta forma estão previstas aplicação de questionários, palestras, seminários, oficinas, criação de material didático-pedagógico, atividades lúdicas, culturais e esportivas, além da coleta seletiva, recolhimento de baterias, celulares e lâmpadas usados. Esta etapa exige um número maior de pessoas envolvidas, ampliação das parcerias e captação de mais recursos.

Discussão Teórica

Tomando-se como referência o fato de que a maior parte da população brasileira vive em cidades, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo uma crise ambiental. Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea. Leff (2001) fala sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

A complexidade do processo de transformação do planeta, não apenas crescentemente ameaçado, mas também diretamente afetado pelos riscos socioambientais e seus danos, é cada vez mais notória. A concepção "sociedade de risco", de Beck (1992), amplia a compreensão de um cenário marcado por nova lógica de distribuição dos riscos. O avanço para uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso. Isso implica principalmente a necessidade de estimular uma participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções.

No ambiente competitivo, correntes nas últimas três décadas têm pressionado as empresas

a considerar, com empenho e comprometimento cada vez maiores, o impacto de suas operações sobre o meio ambiente, tanto em uma perspectiva atual, como futura.

Embora a responsabilidade social e ambiental possa parecer, a princípio, um assunto de interesse apenas empresarial, atualmente também permeia as discussões em diferentes segmentos da sociedade. Uma das razões para que isto aconteça são os consumidores que, cada vez mais conscientes das limitações de recursos oriundos do ambiente natural e da necessidade de um desenvolvimento sustentável, passaram a exigir um comportamento ambientalmente correto não só das empresas produtoras dos bens que consomem mas, também, passam a exercer uma forte e crescente pressão sobre os governos.

Segundo Ashley (2000):

[...] a cultura do consumerismo⁶ é hegemônica em nosso cotidiano, configurando-se em uma mercantilização das relações sociais presentes e futuras dos vivos e dos que hão de vir a ser. Tal mercantilização das relações sociais está inserida na família, nas escolas, nos espaços de lazer, nas empresas, nas políticas públicas, nos programas de auditório, nas empresas de viagem e nas funerárias, ou seja, por todo lado que o cidadão interage e constrói seus espaços sociais. [...]

Sob esta ótica, o tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da "sociedade de risco".

Para que a o consumerismo transforme-se em consumerismo ético⁷ há uma questão permanente que o consumidor deve colocar para si: "Por que comprar?" Uma pergunta curta e que requer toda uma reorientação na qualidade de consciência dos indivíduos. Seria um novo eixo de imagem de si e do outro; de imagem do tempo passado, presente e futuro; de imagem do próximo e do distante; de imagem de causas e efeitos; de imagem de autonomia e de interdependência; de imagem de vítima e de réu; de imagem do normal e do absurdo; de imagem de saúde e de doença; de imagem de saudáveis e de doentes; enfim, toda uma transformação no conjunto de premissas para a existência humana.

Como podemos observar, o caminho para o desenvolvimento sustentável a ser desenhado passa, necessariamente, por uma mudança no

acesso à informação, por parte dos indivíduos – usuários e consumidores – e por transformações institucionais que garantam acessibilidade, ética e transparência na gestão.

Isso implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora. Demanda também aumentar o poder das iniciativas baseadas na premissa de que um maior acesso à informação e transparência na administração dos problemas ambientais urbanos pode implicar a reorganização do poder e da autoridade. Torna-se fundamental, portanto, promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade da população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental.

Neste sentido, a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam. Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos alunos. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio. Isto se consubstancia no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (Jacobi, 1997).

A partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tsililisi (EUA), em 1977, inicia-se um amplo processo em nível global orientado para criar as condições que formem uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade. Esse campo educativo tem sido fertilizado transversalmente, e isso tem possibilitado a realização de experiências concretas de educação

ambiental de forma criativa e inovadora por diversos segmentos da população e em diversos níveis de formação. O documento da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada em Tessalônica (Grécia), chama a atenção para a necessidade de se articularem ações de educação ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação e práticas interdisciplinares (Sorrentino, 1998).

Entendemos que a incorporação do conceito de responsabilidade social e ambiental no planejamento da gestão escolar traz, à instituição Escola, em especial as da rede pública, um diferencial significativo pois passa a permear todos os saberes-e-fazer do dia-a-dia de diretores, funcionários docentes e não-docentes, alunos, responsáveis e comunidades do entorno. A implementação de ações que promovam o consumo consciente ressignifica o papel da Escola como “locus”, não só do discurso mas também da prática, legitimando-a como espaço privilegiado para a reflexão, discussão e construção do conhecimento, de forma integradora e interativa, onde todos os atores sociais são protagonistas da sua história e onde o saber cotidiano faz parte do ato pedagógico.

Resultadas

[...] A eficácia dos programas e projetos voltados para o interesse do desenvolvimento sustentável e pela educação dirigida para esse objetivo deve ser medida, em última instância, pelo grau de modificação das atitudes e comportamentos das pessoas, tanto no que se refere ao seu papel individual, incluindo os de produtores e consumidores, quanto no que diz respeito ao cumprimento de suas obrigações e deveres coletivos, na qualidade de cidadãos. Ambos os papéis – o privado e o público – são indispensáveis e se reforçam mutuamente. A determinação de mudar o estilo de vida ou a modalidade do consumo próprio é essencial, porém não é suficiente para provocar uma mudança da sociedade. Analogamente, os atos individuais de cada cidadão, por mais responsável e prospectivo que seja, são inadequados se o comportamento e o estilo de vida pessoal supõem desperdício ou são destrutivos. O desenvolvimento sustentável exige um trabalho de esclarecimento e de formação de

responsabilidade individual, assim, como programas e medidas apropriadas, a cargo das autoridades públicas e do setor privado. [...] Mayor (1997).

O projeto *Consumo Responsável nas Práticas Educacionais* pretende, ao seu final, ter implantado práticas socialmente responsáveis que possam ser perenizadas pela Escola, ter modificado alguns hábitos em relação ao consumo consciente tanto em relação aos profissionais da escola quanto aos alunos e suas famílias, ter criado oportunidades para as comunidades e, principalmente, ter criado multiplicadores destas práticas que influenciem os grupos a que pertencem. Para o prazo de 24 meses estabelecemos alcançar os seguintes resultados:

- Estimular o protagonismo juvenil, através da criação de uma equipe de 10 oficinairos, composta por universitários e jovens líderes de projetos sociais do estado do Rio de Janeiro, qualificando-os para realizar as oficinas.
- Envolver 50% dos alunos, de 10 a 18 anos, em atividades de sensibilização na escola;
- Sensibilizar 30% dos responsáveis através das atividades do projeto;
- Capacitar 10% dos profissionais da escola em consumo responsável e descarte de resíduos sólidos;
- Capacitar 30% dos alunos, de 10 a 18 anos, nas oficinas oferecidas pelo projeto na escola;
- Ampliar em 50% a prática da coleta seletiva na escola;
- Reduzir em 20% o consumo de papel;
- Ampliar em 10% as práticas de aproveitamento de produtos recicláveis na escola;
- Estabelecer, no mínimo, 10 parcerias entre empresas, instituições governamentais e não governamentais e comunidades;
- Preparar os conteúdos desenvolvidos no Projeto para que se transformem em jogos eletrônicos e de tabuleiro, voltados para o público infanto-juvenil;
- Criar revistas em quadrinhos, voltados para o público infanto-juvenil, utilizando os conteúdos desenvolvidos no Projeto;
- Criar 01 núcleo de responsabilidade socioambiental na escola.

Referências Bibliográficas

- AGUILLAR, F. J. *A ética nas empresas: maximizando resultados através de uma conduta ética nos negócios*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.
- ALTMAN, B. Dissertation abstract: Corporate community relations in the 1990s: a study in transformation. *Business and Society*, v. 37, n.2, p.221-227, jun, 1998, apud ASHLEY, P. A.; COUTINHO, R. B.G; TOMEI, P. A. Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: uma análise conceitual comparativa. Artigo apresentado no ENANPAD, setembro/2000.
- ARRUDA, M. C. C.; WHITAKER, M. C.; RAMOS, J. M. R. *Fundamentos da ética empresarial e econômica*. São Paulo, Atlas, 2001.
- ASHLEY, P. A. *Gestão ecocêntrica e consumo responsável: desafios para a responsabilidade social corporativa*. Disponível em < www.ceiaplus.pro.br/artigodomes >, acesso em fevereiro/2004.
- BECK, U. *Risk society*. London: Sage Publications, 1992.
- _____; COUTINHO, R. B.G; TOMEI, P. A. *Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: uma análise conceitual comparativa*. Artigo apresentado no ENANPAD, setembro/2000.
- CARVALHO, N.V. O terceiro sujeito: um novo ator para um velho cenário. In: DOWBOR, L. et al (orgs.) *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 97, 199-214.
- Carta da Terra*, Paris: Unesco, 2000.
- COSTA JÚNIOR, L. C. Terceiro Setor e Economia Social, in *Cadernos do III Setor* - São Paulo: Centro de Estudos do Terceiro Setor/EASP/FGV, no.2, abril de 1998, disponível em <www.integracao.fgvsp.br/cadernos>.
- Declaração do Milênio*, ONU: 2000.
- DINIZ, J. H. A.S.; MATTOS, P. L. C. L. *Organizações não-governamentais e gestão estratégica: desfiguração do seu caráter institucional original?*. Artigo apresentado durante o XXVI ENANPAD, Salvador / BA, 2002.
- FALCONER, A. P. A *promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. 1999, 164 f. Dissertação de mestrado em Administração, Programa de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1999.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOOD, John. Do corporations have social responsibilities. *The Freeman*. v. 48, n. 11, p. 680-684, nov. 1998, apud ASHLEY, P. A; COUTINHO, R. B.G; TOMEI, P. A. Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: uma análise conceitual comparativa. Artigo apresentado no ENANPAD, setembro/2000
- HUDSON, M. *Administrando Organizações do Terceiro Setor: o Desafio de Administrar sem Receita*. Tradução: James F. Sunderland Cook; revisão técnica: Luis Carlos Merege. São Paulo: Makron Books, 1999 apud DINIZ, J. H. A.S.; MATTOS, P. L. C. L.
- JACOBI, P. *Cidade e meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 1999.

Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390.

LANDIM, L. – *A invenção das ONGS: do serviço invistível à profissão impossível*. - Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

LEFE, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINELLI, A. C. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn B. *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997.

MATTAR, H. *Como estimular o cidadão brasileiro a produzir e consumir de forma sustentável?* O consumidor consciente e a sustentabilidade planetária. Disponível em <www.ebape.fgv.br/cids>; Temas para Debate, visitado em fevereiro/2004.

MAYHEW, B. M. Systematics and CSR: The theory and processes of normative referencing. *Business and Society*. V.34, n.2, p.5-33, apr. 1995, apud ASHLEY, - op. cit.

MAYOR, F. Educação para um futuro sustentável in *Conferência Internacional sobre meio ambiente e sociedade: educação e conscientização pública para a sustentabilidade*, UNESCO; Brasília: Ibama, 1999.

MELO NETO, F. P.; FROES C. *Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*, Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

NASSAR, P. Com os olhos nos públicos in *Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades*, p-145; São Paulo: Peirópolis, 2002.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. São Paulo: Ipê, 1998.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

SALOMON, L. A emergência do Terceiro Setor : uma revolução associativa global. In: *Revista de Administração da USP – RAUSP* v.33, n.1. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 1998 apud DINIZ, J.A.S.; MATTOS, P.L.C.L. op.cit.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA.1998. p.27-32.

THOMPSON, A. A. – *Do compromisso à eficiência? os caminhos do terceiro setor na América Latina*, in 3º setor: desenvolvimento social sustentado, pp. 44-45, GIFE, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2000.

Notas

⁵ Educação bancária é termo utilizado por Paulo Freire para referir-se aos modelos de educação conservadores, tradicionais em sua estrutura e estética.

⁶ Consumerismo é um credo econômico e social que encoraja as pessoas a aspirarem ao consumo, independente de suas conseqüências.

⁷ Consumerismo ético é um desenvolvimento do consumerismo "verde", considerando questões mais amplas do que apenas ser environment friendly, tais como se o produtor ou acionistas investem no comércio de armas, se apoiam regimes políticos opressores, se exploram as relações de trabalho, se possuem registros de corrupção, entre outros. Através de um monitoramento do comportamento dos negócios das empresas, o consumerismo ético objetiva o comércio ético dentro do atual sistema econômico.

Abstract

The *Responsible Consumption in Practical Educational Ones* project is an initiative of education professionals, who act in the area of the social responsibility and sustainable development in public institutions of Rio de Janeiro. Thought, at the beginning, to be developed in public schools, the project could be applied at any educational establishment.

The proposal of the Project is foment new practical of management in the school context, supported by the Goals of Millennium (ONU) and in the Letter of the Earth (UNESCO) given the importance of consuming in today's world, encouraging the exploration of the political dimension of consuming, examining the way consumer issues touch upon social, environmental, political, local, national and global concerns.

Keywords: social and environmental responsibility; responsible consumption; environmental education; sustainable development.